

Navio Naufragando

Está anunciada para hoje uma passeata estudantil contra as mensalidades das escolas particulares. A humanidade é sensível a coincidências numéricas — e o fato de estarmos a 20 anos de 1968 parece dar aos movimentos de agora uma pimenta adicional.

Coincidências históricas de fato existem; e há algumas semelhanças entre o Brasil de hoje e o de 1968 — como por exemplo, a absoluta insatisfação com as pessoas que ocupam cargos públicos. Os estudantes que faziam passeatas há 20 anos, entretanto, à parte o que isso possa ter contribuído para apressar o AI-5, contribuíram, no plano da educação, para uma política de “portões abertos” que quase fez naufragar a universidade brasileira.

As manifestações de agora revelam o mesmo sangue quente e a mesma confusão de objetivos. Surge de novo a figura do líder estudantil; mas o que essas novas lideranças têm a propor é a extinção do ensino particular — o que só pode ser um raciocínio político, e equivale a propor a diminuição das liberdades públicas, pois é a pluralidade de ensino que garante e caracteriza uma sociedade aberta.

A proposta também é profundamente contraditória; pois se os preços da escola particular causam terror, a razão básica disso é a falência do ensino público, a inexistência de uma rede oficial de ensino capaz de servir de alternativa. É esse governo que falhou na educação que se quer transformar no único patrão da educação.

Aos movimentos de protesto, o ministro da Fazenda aconselhou a troca de colégio para os que estão descontentes. Consistente com os seus pontos de vista em economia, o ministro defendeu a sociedade aberta — e foi, assim, infinitamente mais feliz que o ministro da Educação, que até agora limitou-se a ameaçar os donos de escola.

A situação, entretanto, é demasiado grave para poder ser resumida numa frase — mesmo quando ela aponta na direção correta. Quem não está contente com uma escola deve trocar de freguesia; mas a situação é cruel quando inexistente a opção da rede oficial de ensino. Equivale à de um malabarista que faz piruetas sem rede de sustentação.

É confrangedor que se tenha chegado a um quadro como o de agora; mas é preciso reconhecer que ele vinha sendo preparado minuciosamente ao longo dos anos. O Estado — os níveis federal, estadual e municipal — deixou que a sua rede de escolas entrasse em processo de decadência progressiva. Em termos estaduais, a situação atinge retrospectivamente a famosa política educacional do governo Brizola: se se tivesse feito tanto pela educação quanto se dizia, no governo passado, não teríamos chegado a um beco sem saída.

As fachadas dos Cieps estão por todo lado; mas não se vê nada funcionando. Sobretudo no plano municipal, a Prefeitura que assumiu com um projeto socialista não tem nada a mostrar: as escolas estão cheias de desabrigados das últimas enchentes — que em muitos casos, parecem decididos a uma longa permanência. O governo estadual iniciou um projeto de municipalização do ensino básico que, a médio prazo, deve dar bons resultados.

De imediato, sabe-se que quem tem dinheiro para a educação é Brasília. Mas o ministério de Brasília tem de sustentar um exército faraônico de funcionários — jamais dimensionado em termos concretos. Não é de espantar que o dinheiro da educação pareça curto.

O sistema federal também convive com contradições insanáveis. Noticiou-se, há dias, que na UFRJ são servidas aos estudantes refeições tão baratas que eles se juntam aos pares ou em quatro para pagar os pratos, inexistindo moeda divisória tão pequena quanto a cobrada por uma refeição.

Isso deveria levar à loucura um ministro que tivesse os pés no chão. Mas o atual detentor do

cargo limita-se a fazer ameaças aos donos de escola.

Entre estes, haverá quem seja mais ou menos consciencioso na elaboração dos seus orçamentos. Mas a triste verdade é que as escolas particulares viviam há bastante tempo com os orçamentos artificialmente baixos. Está para começar, por exemplo, uma nova greve de professores. Os professores ganham pouco, como ninguém ignora. Quando fazem greve, a sociedade costuma encará-los com enorme paciência. O pagamento dos professores, entretanto, consome de 70 a 80% do orçamento de uma escola comum. Pedese das escolas particulares que paguem melhor a seus professores, mas sem repassar os custos dos aumentos para as mensalidades. Seria a multiplicação dos peixes.

Para além de qualquer explicação simplista, o que a crise de agora — temperada de conotações políticas — deixa à mostra é que a educação jamais foi prioridade, quer do governo quer da sociedade brasileira. Manifestações de alunos ou de pais mal se referem à qualidade do ensino. Não se discute o que é, afinal, necessário para que uma escola funcione bem. Quer-se, simplesmente, bom ensino a preços populares.

Isto é impossível em qualquer lugar do mundo sem uma participação correta e eficiente dos poderes públicos. Educação, saúde, transporte são fatores de justiça social que podem e devem ser cobrados das autoridades. Mas não é nessa direção que se pressiona nesse instante: quer-se apenas que o governo garanta o direito geral de frequentar escolas particulares.

É uma verdadeira utopia. Ainda que a pressão fosse outra, entretanto, e que o governo desse início imediatamente à construção de um ensino público digno desse nome — à instalação de instituições modelares como já existiram, antigamente, na área oficial —, um prazo relativamente longo se passaria entre o projeto e sua concretização. Não se constrói em um ou dois anos o que levou anos sendo destruído.

No impasse de agora, serão necessárias medidas de emergência, razoavelmente criativas, para que a classe média não se sinta definitivamente enviada às urtigas.

Em vez de ensaiar ameaças, o ministro da Educação poderia liderar um movimento de salvação da educação brasileira: liquidar a rede particular, ainda que só através do congelamento, apenas levaria o barco da educação ainda mais para o fundo: deve-se à escola particular a tentativa de cobrir o rombo deixado pela omissão oficial.

Que se estudem fórmulas de emergência, enquanto não toma corpo um projeto de mais longo prazo. Que se leve, finalmente, a educação a sério. Os pais e diferentes comunidades envolvidas poderiam (deveriam) participar desse esforço, abandonando o recurso estéril que é pedir de Brasília o raio-paralisante.

A responsabilidade maior, obviamente, está do lado do governo (sobretudo o federal, mas também, como é óbvio, o estadual e o municipal). Um mecanismo utilizado no mundo inteiro é o das bolsas de estudos para estudantes menos aquinhoados socialmente ou mais talentosos. Esse método já foi empregado por aqui; mas transformou-se numa absoluta ficção, pela execução inepta do programa.

Que se reveja o método. Que se permita, por exemplo, aos pais ou comunidades interessadas uma participação no sistema de distribuição dessas bolsas, para que as bolsas não tomem — como já foi o caso — direções misteriosas. Que se aperfeiçoe o entrosamento entre o(s) governo(s) e a rede particular de ensino, de modo que um possa ajudar ao outro.

Não há respostas simples para tantas questões. A sociedade brasileira, repita-se, jamais discutiu a educação a sério. Parece chegado o momento de tentar — uma vez que não há dinheiro para pagar a escola particular e há um verdadeiro pânico quando se fala em recorrer à escola pública. Pânico justificado.